



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1849/2023
Data: 26/06/2023 - Horário: 15:36
Legislativo

INDICAÇÃO N° , DE DE JUNHO DE 2023

APELHO AO SENHOR GOVERNADOR DO
ESTADO, AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA (SSP) E AO
SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE
IDENTIFICAÇÃO PARA QUE EMPREENDAM
ESFORÇOS NO SENTIDO DE AMPLIAR A
ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE
IDENTIFICAÇÃO ITINERANTE DE
ALAGOAS NA MICRORREGIÃO DO
LITORAL NORTE ALAGOANO
(JAPARATINGA, MARAGOGI, PASSO DE
CAMARAGIBE, PORTO DE PEDRAS E SÃO
MIGUEL DOS MILAGRES).

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, apresento a Vossa Excelência, conforme o art. 157 e ss. do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a presente **INDICAÇÃO**, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública (SSP) e ao Superintendente do Instituto de Identificação para que empreendam esforços no sentido de ampliar a atuação do Instituto de Identificação Itinerante de Alagoas na microrregião do Litoral Norte alagoano (Japaratinga, Maragogi, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres).

JUSTIFICATIVA

O artigo 5º, inciso X, a Constituição Federal prevê o respeito à intimidade, à vida privada, à imagem das pessoas e à sua honra dentro do rol de direitos e garantias fundamentais. Estão inclusos, nessas garantias, os direitos personalíssimos que englobam o direito a correta identificação do cidadão.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Em concordância com essas garantias, o Código Civil reconhece em seus artigos 11 a 21, o direito a um nome e o respeito à identidade pessoal e à integridade física, sendo esses direitos nada mais que a manifestação da identidade biológica.

De mesmo modo, a Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal) reconhece o direito de o preso ser chamado pelo nome em seu artigo 41, inciso XI.

Desta maneira, a identidade seria o meio pelo qual o sujeito afirma-se como indivíduo e é reconhecido como uma pessoa autônoma e singular, sendo, portanto, a efetivação objetiva e exterior da dignidade da pessoa humana.

Assim, é fundamental a intensificação nos esforços de ampliar a atuação do Instituto de Identificação Itinerante de Alagoas na microrregião da Litoral Norte alagoano.

Desta feita, nos termos do art. 158 do Regimento Interno, a transmissão da seguinte proposição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública (SSP) e ao Superintendente do Instituto de Identificação: “A Assembleia Legislativa Estadual indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública (SSP) e ao Superintendente do Instituto de Identificação para que empreendam esforços no sentido de ampliar a atuação do Instituto de Identificação Itinerante de Alagoas na microrregião do Litoral Norte alagoano (Japaratinga, Maragogi, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres)”.

Sala das sessões, 15 de junho de 2023.

Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL